

*Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma **

FERNANDA RIBEIRO **

Abstract - *The dominant paradigm in Archivistics, called historical-technicist, which arose after the French Revolution and evolved during the XIX and the XX centuries, is put in confrontation with a new one - the scientific-informational - which emerges into the context of the Information Society. In the light of this new perspective, Archivistics is understood as an applied branch of Information Science, with a clear object of study - the archives as an information system - and a scientific method of research, that operates by quadripolar dynamics and includes quantitative and qualitative approaches.*

Uma reflexão sobre a Arquivística no momento actual — que constitui um ponto de viragem em que velhas e novas perspectivas coexistem — não pode deixar de colocar em confronto uma visão tradicional e, sem dúvida, ainda hoje dominante, que consubstancia afinal o *paradigma histórico-tecnicista*, que se afirmou em finais do século XIX e se desenvolveu e consolidou ao longo da centúria seguinte, e um novo posicionamento, que designamos por *paradigma científico-informacional*, em progressiva afirmação e num aprofundamento continuado dos seus fundamentos teóricos e epistemológicos.

* Este trabalho consubstancia duas intervenções orais sobre esta problemática, uma proferida no Curso "Os Arquivos contemporâneos e as novas tecnologias da informação", no âmbito da Universidade de Verão da Arrábida, realizado de 11 a 15 de Outubro de 1999, e a outra no "2º Encontro Bibliotecas e Conhecimento", organizado pela BAD - Delegação Regional dos Açores, em Ponta Delgada, no dia 30 de Março de 2001.

** Professora Auxiliar. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Neste artigo procuramos, pois, caracterizar em traços gerais o paradigma ainda dominante ⁽¹⁾ e as suas inconsistências e fragilidades para que, de seguida, as considerações sobre o novo paradigma emergente, possam deixar bem perceptíveis os contornos da mudança em curso na Arquivística.

A herança positivista ou o paradigma histórico-tecnicista

Sendo os arquivos tão velhos, pelo menos, como a própria escrita é óbvio que lhes é inerente, desde as origens, uma prática arquivística, a qual se foi tornando mais complexa à medida que as sociedades evoluíram e as necessidades dos agentes produtores e dos utilizadores da informação arquivística assim o exigiram. Contudo, a Arquivística que todos conhecemos como disciplina ou corpo de saber mais ou menos estruturado é um "produto" recente, cujo nascimento remonta apenas a duas centenas de anos atrás, ou seja, a uma época que tem como marco inicial o acontecimento que, a vários níveis, alterou significativamente o mundo contemporâneo - a Revolução Francesa.

Os valores da ideologia liberal, designadamente o de Estado-Nação, propagaram-se, a partir de França, para a generalidade do mundo ocidental e não deixaram de se estender aos arquivos, surgindo, nesta conjuntura, serviços novos vocacionados para recolher, gerir e disponibilizar documentos de interesse patrimonial, valorizados por constituírem as fontes imprescindíveis para os estudos historiográficos. Faz parte da herança da Revolução de 1789 o modelo que ainda hoje impera e que se caracteriza, por um lado, pela existência de um organismo coordenador da política arquivística a nível de um país (normalmente o Arquivo Nacional), que difunde orientações técnicas e uniformiza procedimentos com vista a uma aplicação generalizada aos vários serviços de arquivo sob tutela estatal, e, por outro lado, assenta na noção estática e meramente operatória de *fundo* — formalizada em 1841 pelo historiador-arquivista francês Natalis de Wailly — e em princípios "teóricos" baseados na evidência e no pragmatismo, como o do "respeito pelos fundos" e o da "ordem original", este último formulado pela escola italiana, personificada, entre outros, por Francesco Bonaini.

Foi por razões político-ideológicas da nova ordem liberal que se iniciou um processo de incorporações em massa de documentação de arquivos privados e de organismos extintos nos novos serviços de arquivo estatais, processo esse que se acelerou ao longo de todo o século XIX e de grande parte do século XX, estimulado por motivações de outra ordem, ou seja, no quadro de desenvolvimento da História e do Positivismo. E, pois, neste contexto que, na segunda metade de Oitocentos, já podemos falar com propriedade de Arquivística, embora o termo ainda designe, por um lado, uma "ciência auxiliar" da História e, por outro lado, uma área profissional,

(1) Para uma visão mais aprofundada deste assunto pode-se consultar: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, cop. 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). ISBN 972-36-0483-3. vol. 1, cap. 2.

de que o arquivista-paleógrafo formado pela École Nationale des Chartes é o símbolo mais emblemático.

A autonomização disciplinar da Arquivística só a podemos situar em finais do século XIX. Com efeito, é a publicação, em 1898, do célebre "manual dos arquivistas holandeses" ⁽²⁾, que constitui o marco a partir do qual a Arquivística deixa de se configurar como um saber auxiliar da ciência histórica para encetar uma progressiva afirmação como disciplina de cariz marcadamente técnico, embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista.

O acentuar da vertente técnica da Arquivística desenrolou-se ao longo do século XX, tendo contribuído para isso uma série de factores, directamente relacionados com a evolução, aos diversos níveis, que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Por um lado, os desenvolvimentos tecnológicos propiciaram o aparecimento de novos suportes de informação e novos meios de comunicação, o que, associado a uma cada vez maior produção documental, veio colocar problemas também novos, designadamente o da avaliação, selecção e eliminação de documentos. Por outro lado, a política incorporacionista, responsável pelas concentrações de arquivos sob a tutela do Estado, começou a manifestar sinais de crise evidente, designadamente a insuficiência material de instalações e a incapacidade para tratar e tornar acessível toda a massa de informação resultante das incorporações indo ao encontro dos interesses da investigação histórica.

A necessidade de enfrentar os problemas gerados pelo crescimento desmedido da produção documental fez com que, paralelamente aos arquivos ditos históricos, vocacionados para servir a investigação e promover o desenvolvimento cultural, se comesse a afirmar, no período entre guerras e sobretudo no mundo anglo-saxónico, uma nova área de interesses profissionais voltada para as administrações correntes, que veio a ser conhecida como *records management*. Embora lidando com a mesma informação dos arquivistas tradicionais, os *records managers* passaram a desenvolver métodos de trabalho caracterizados essencialmente por um grande pragmatismo e eficácia ao nível da gestão dos documentos correntes, criando-se assim uma ruptura no seio da Arquivística, que ainda mal havia encetado a sua autonomização disciplinar e a correspondente fundamentação teórica.

A criação do Conselho Internacional de Arquivos, ratificada em 1950, foi um marco importante para a afirmação da identidade da disciplina, embora a acção do C. I. A. se tenha sempre pautado, mais pela união de uma classe profissional e pela aproximação dos arquivistas em torno de questões técnicas, do que pelo desenvolvimento de um espírito de investigação e de aprofundamento da teoria, essenciais como suporte da técnica que se procurava apurar.

Não obstante o acentuado tecnicismo que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se tem verificado na Arquivística, as preocupações de índole teórica não têm estado completamente ausentes e, a partir dos anos 70, estão patentes em escri-

⁽²⁾ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. - *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivarissen*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

tos vários, provenientes dos mais diversos países. Em França, Cario Laroche (1971) ⁽³⁾ e Michel Duchein (1977) ⁽⁴⁾ são dois nomes a referir em matéria de teorização; nos Estados Unidos da América, a polémica em torno da cientificidade da Arquivística teve expressão na revista *The American Archivist* ⁽⁵⁾ durante os anos 80; no Canadá, nas duas últimas décadas, tem havido uma significativa produção de literatura de carácter teórico, quer através de compilações de estudos, quer de obras individuais ⁽⁶⁾; o próprio C. I. A., no 9º Congresso Internacional (Londres, 1980), através do relatório de Arié Arad ⁽⁷⁾, foi palco de discussão sobre o carácter científico da actividade arquivística. Desde a Itália à Espanha e à Grã-Bretanha, passando pela Austrália e pela América Latina, assistimos um pouco por todo o mundo a uma proliferação de escritos de Arquivística, em que mais ou menos enfatizadamente se discutem questões de carácter teórico, sintoma da mudança de paradigma que está em curso para a disciplina ⁽⁸⁾.

Após este breve percurso pela Arquivística nascida com a Revolução Francesa - aqui traçado para melhor se contextualizar e perceber a origem e o desenvolvimento do modelo histórico-technicista, hoje em crise profunda — importa agora relevar os fundamentos e os "pilares" desse mesmo modelo, à guisa de quadro sinóptico e referencial:

- criação de "arquivos históricos" concebidos para conservar, gerir e possibilitar o acesso a documentação, essencialmente de carácter patrimonial, cuja finalidade primeira é a de fonte para a historiografia;

⁽³⁾ LAROCHE, Cario - *Que signifie le respect des fonds? : esquisse d'une Archivistique structurale*. Paris : Association des Archivistes Français, 1971.

⁽⁴⁾ DUCHEIN, Michel - Le Respect des fonds en Archivistique : principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des Archives*. Paris. 2:97 (1977) 71-96.

⁽⁵⁾ Ver os seguintes artigos: BOLES, Frank - Disrespecting original order. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 45:1 (Winter 1982) 26-32; BURKE, Frank G. - The Future course of archival theory in the United States. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 44:1 (Winter 1981) 40-46; CAPPON, Lester J. - What, then, is there to theorize about? *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 45:1 (Winter 1982) 19-25; KIMBALL, Gregg D. - The Burke-Cappon debate : some further criticisms and considerations for archival theory. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 48:4 (Fall 1985) 369-376; PINKETT, Harold T. - American archival theory : the state of the art. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 44:3 (Summer 1981) 217-222; STIELOW, Frederick - Archival theory redux and redeemed : definition and context toward a general theory. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 44:1 (Winter 1981) 14-26.

⁽⁶⁾ Apenas a título de exemplo, referimos algumas das obras mais significativas: *The Archival fonds: from theory to practice*. Ed. by Terry Eastwood. [S. 1.] : Bureau of Canadian Archivists, 1992. ISBN 0-9690797-6-1; *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Ed. by Tom Nesmith. Metuchen; London: Society of American Archivists; Association of Canadian Archivists; The Scarecrow Press, 1993. ISBN 0-8108-2660-7; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Les Fondements de la discipline archivistique*. Québec : Presses de l'Université du Québec, 1994. ISBN 2-7605-0781-5.

⁽⁷⁾ ARAD, Arié - The International Council on Archives and archival methodology. *Archivum*. Paris. 29 (1982) 182-186.

⁽⁸⁾ Dispensamo-nos de citar as referências bibliográficas relevantes a este propósito, dado a seu elevado número, remetendo antes para o capítulo 2 de obra já antes referida, a saber: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Op. cit.*

- existência de um organismo estatal coordenador da política arquivística, voltada acima de tudo para a salvaguarda e difusão do património documental;
- fundamentação teórica assente na noção oitocentista e instrumental de "fundo", considerado este como o objecto da disciplina, já que é entendido, as mais das vezes, como sinónimo de "arquivo";
- princípios ditos "teóricos" baseados na evidência e no pragmatismo - os conhecidos "princípio de respeito pelos fundos" ou "princípio da proveniência" e "princípio da ordem original" -, não passíveis de confirmação ou refutação pelo trabalho de investigação científica, uma vez que não se inserem num contexto de teorização cabalmente fundamentado;
- adopção de pretensas "teorias" como base de opções práticas meramente operatórias, como seja a chamada "teoria das três idades", a qual tem servido para justificar separações artificiais do todo que são os arquivos, aduzindo a aplicação de técnicas e métodos diferenciados no tratamento da informação de diferentes idades, como se de realidades distintas se trate;
- valorização da componente técnica de uma forma excessiva, tendendo a confundir operações e procedimentos como, por exemplo, a descrição arquivística com o método da disciplina e enfatizando a normalização, numa perspectiva redutora, que muitas vezes provoca desvios grosseiros na própria representação da realidade dos arquivos;
- assunção do "documento" como objecto material constitutivo do arquivo, patente nas expressões "gestão documental" ou "ciências documentais", o que denota uma perspectiva com uma forte carga patrimonialista e historicista (não esqueçamos a frase "a História faz-se com documentos"), que não se ajusta aos novos desafios postos pela sociedade da informação, em que actualmente se inserem os arquivos.

Instala-se a crise e prefigura-se a mudança

Apesar de o quadro conceptual esquematicamente esboçado ainda hoje se poder considerar como o alicerce em que assenta o paradigma dominante, já são demasiado evidentes os sinais de crise que o mesmo revela, apesar de algumas tentativas sérias e esforçadas para, dentro deste mesmo paradigma, resolver as inconsistências teóricas e as rupturas evidenciadas face aos novos problemas que a "era pós-custodial" veio colocar.

Sobretudo desde os anos 80 do século XX para cá, e com particular ênfase na última década, assistimos a reflexões importantes, questionando "verdades" até há bem pouco tempo aceites sem contestação e problematizando novas questões emergentes por força dos chamados "documentos electrónicos" e pela manifesta fragilidade e inadequação da "teoria", face a uma realidade social e informacional que dá contexto aos arquivos.

Remetendo para cada uma das características do modelo histórico-tecnicista atrás enumeradas é possível enunciar uma série de inconsistências e rupturas que mais não são do que sinais evidentes de uma crise profunda que afecta a disciplina Arquivística, por não ser possível continuar a conferir-lhe fundamentação científica dentro do quadro de conhecimento empírico que a tem caracterizado. A compreensão desta crise é, contudo, um factor imprescindível para tornar possível o salto qualitativo que se impõe para a construção e afirmação de um verdadeiro conhecimento científico, em que se inscreve a compreensão, em toda a sua complexidade, do fenómeno da informação social.

Analisemos, então, de forma sistemática, os fundamentos do modelo antes referidos e as suas fragilidades:

- o chamado "arquivo histórico", com função de serviço incorporador de "fundos" de interesse patrimonial, cuja utilidade para a própria entidade produtora é considerada nula, já provou que não consegue assegurar a necessária articulação em termos sistémicos com o contexto gerador da informação e, por isso mesmo, cria rupturas nefastas em termos de conhecimento e consequente representação dos sistemas de informação arquivística que incorpora; além disso, a *função serviço/uso* — um dos factores que configuram o arquivo, entendido numa perspectiva sistémica ⁽⁹⁾ — tem-se sobreposto, nos arquivos ditos "históricos" ou "definitivos", de forma asfixiante, à estrutura orgânica dos sistemas incorporados, revelada tal asfixia na desviante representação dos arquivos veiculada através de instrumentos de pesquisa pobres em conhecimento, apesar de tecnicamente apurados;
- a existência de um organismo nacional, coordenador da política arquivística e definidor de normas e procedimentos uniformes ao nível técnico, também já mostrou que não favorece o desenvolvimento de uma Arquivística científica, pois sem uma fundamentação teórica consistente a técnica não cumpre a sua verdadeira função, no caso concreto, a de conhecimento e consequente representação do real em termos rigorosos;
- a noção de "fundo", tal como foi formulada em 1841, tem um carácter meramente operativo e não se ajusta obviamente a um conhecimento científico tal como hoje o concebemos, apesar de alguns autores - Michel Duchein a a moderna escola canadiana são disso bons exemplos ⁽¹⁰⁾ - procurarem adaptá-la a novas realidades e dar-lhe novos contornos que lhe assegurem uma sobrevivência, fatalmente efémera...

⁽⁹⁾ A aplicação da teoria sistémica e a configuração do objecto de estudo da Arquivística são adiante abordados sucintamente, remetendo-se, mais uma vez, para a leitura de: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Op. cit.*, cap. 3.

⁽¹⁰⁾ Vejam-se a este propósito os seguintes trabalhos: DUCHEIN, Michel - Le Príncipe de provenance et la pratique du tri, du classement et de la description en archivistique contemporaine. *Janus : revue archivistique*. Paris. ISSN 0254 7937. 1 (1998) 87-100; *The Archival fonds : from theory to practice (op. cit.)*.

- a fundamentação teórica exigida pelo estatuto científico da disciplina não se coaduna com os princípios "teóricos" que têm sustentado o paradigma histórico-tecnista, uma vez que estes são meras evidências, o que coloca problemas insolúveis e inconsistências notórias aos que reclamam esse estatuto;
- a impropriamente chamada "teoria" das três idades já há bastante tempo mostrou que não serve qualquer propósito minimamente consistente e a prová-lo temos o facto de muitos se advogarem defensores de uma "Arquivística integrada" ⁽¹¹⁾, em que o ciclo completo da vida dos arquivos não deve ser rompido, quer para efeitos de estudo, quer de análise e representação, incluindo-se aqui uma nova perspectiva também no que toca à avaliação documental, que enfatiza o contexto da produção, em detrimento do conteúdo informativo de *per se*;
- a valorização da técnica, particularmente nos aspectos normativos da descrição e dos pontos de acesso à informação, sem o necessário abstracto teórico, esgota-se em si mesma e torna-se insuficiente para resolver todas as novas situações que vão surgindo; os projectos de investigação que despontam em algumas universidades e centros de pesquisa revelam precisamente esta lacuna e procuram teorizar face aos problemas a resolver, mas sem um quadro de referência abrangente e um método consistente, susceptível de ser diversificadamente aplicado, por forma a validar continuamente a teoria em contextos novos ⁽¹²⁾;
- o conceito estático de "documento", que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objecto da Arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registada; esta questão, aparentemente insignificante, pelo facto de a informação que perdura se apresentar registada, ou seja, fixa a um suporte é, no entanto, crucial dado que essa mesma informação — esteja ela registada ou não — se converte em objecto cognoscível e, como tal, centro de interesse de uma ciência nova — a *ciência da informação*.

Os esforços de muitos autores, cientes da crise notória da Arquivística, no sentido de delinearem um novo modelo conceptual que se adapte à resolução de novas questões, a que a técnica não consegue dar resposta adequada, são contributos inestimáveis para a construção científica que importa architectar. Contudo, tais contributos têm surgido de uma forma sincopada, pensando aspectos parcelares da Arquivística de forma inovadora, mas não abarcando a totalidade de um corpo de

⁽¹¹⁾ Veja-se, por exemplo: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Op. cit.*

⁽¹²⁾ Os projectos desenvolvidos pela University of Pittsburgh (1993-1996) ou pela University of British Columbia relacionados com a gestão e a preservação de documentos electrónicos são disto um bom exemplo. Ver ainda: BANTIN, Philip C. - Developing a strategy for managing electronic records: the findings of the Indiana University Electronic Records Project. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 61 (Fali 1998) 328-364.

saber, susceptível de investigar e conhecer um objecto simultaneamente singular e multifacetado, com auxílio de um método consistente para construir esse conhecimento em toda a sua complexidade.

A postura da escola canadiana de Couture e Rousseau, partidários da Arquivística integrada, a perspectiva da corrente personificada por Terry Cook em favor de novos critérios para a avaliação, ou ainda, também no Canadá, as investigações conduzidas por Terry Eastwood, Luciana Duranti e Heather MacNeil no sentido da validação e preservação do contexto de produção dos documentos electrónicos, são alguns exemplos ilustrativos da mudança que se procura operar, com vista a conferir um estatuto de cientificidade à Arquivística. Sinais desta mudança podem também encontrar-se nos Estados Unidos da América, por via de autores como David Bearman, Margaret Hedstrom, David Wallace ou Helen Samuels, para citar apenas alguns nomes dos mais significativos. Na Europa, a "escola" holandesa ou a "arquivística multifuncional" de Angelika Menne-Haritz, que personifica a Escola de Marburgo, são igualmente exemplos da nova perspectiva, que rompe, em muitos aspectos, com o modelo tradicionalmente aceite. E, mesmo em países da América Latina, como o Brasil ou a Argentina, assistimos a uma procura de fundamentação científica que põe em causa diversas facetas do paradigma dominante.

Sinais do esforço renovador que prenuncia a mudança de paradigma na Arquivística podemos encontrá-los ainda em diversas perspectivas que começam a ter uma aceitação cada vez mais generalizada, a saber: a tendência para conceber o arquivo como "sistema", fundamentada por alguns autores na própria Teoria Geral de Sistemas; a visão integrada das várias idades do arquivo, que anula a ruptura conceptual entre *records* e *archives*, formulada na década de 40 no mundo anglo-saxónico e alargada a muitos países por força da "gestão de documentos", que ganhou uma espécie de autonomia como área de trabalho específica; a progressiva valorização da organicidade do arquivo que, apesar do tão apregoado "princípio da prove-niência", tem sido grandemente "abafada" pela tendência tecnicista de reduzir a actividade do arquivista a procedimentos destinados essencialmente a viabilizar o acesso; a tónica na análise funcional, método defendido por alguns autores como ferramenta indispensável ao conhecimento da produção e do fluxo da informação no seio das organizações e, concomitantemente, do arquivo; o reconhecimento da informação social como objecto de estudo, apesar da sua insuficiente definição e caracterização enquanto fenómeno cognoscível e da perspectiva reducionista que a identifica com "documento".

Este breve apanhado inscreve-se numa corrente em progressivo alargamento que posiciona a Arquivística no mundo da informação havendo mesmo, da parte de alguns autores, uma clara inserção da disciplina no quadro da(s) chamada(s) Ciência(s) da Informação. Prenuncia-se a mudança, de facto. Mas quais os contornos do paradigma emergente?

Uma nova era ou o paradigma científico-informacional

É justamente no quadro da jovem (ou, no entender de alguns, ainda emergente) *Ciência da Informação* que a Arquivística tem de ser repensada e (re)construída, sob pena de não conseguir vencer o empirismo e o estatuto de disciplina técnica que a tem caracterizado. Esta afirmação, aparentemente simples e isenta de polémica, pode suscitar, contudo, controvérsias e dificuldades de vária ordem, pelo facto de não estar ainda suficientemente pensado e estudado o fenómeno da *informação social* e sua cognoscibilidade e, muito menos, não ser pacífica a aceitação de que este fenómeno é partilhado, no seu estudo, pela Arquivística, pela Biblioteconomia, pelo ramo da Informática que se detém na análise dos sistemas tecnológicos de informação e, porventura, por outras disciplinas cujo quadro epistemológico e teórico só pode ser coerentemente delimitado no seio de uma ciência multidisciplinar, ou mesmo transdisciplinar (uma metaciência, no dizer de alguns) — a Ciência da Informação — também já apelidada, não despropositadamente, de Informatologia.

Apesar de a dificuldade inerente a toda a construção científica em que os fundamentos estão ainda a despontar e o caminho se faz ao caminhar, que o mesmo é dizer ao conhecer, ao investigar, pensamos que já será possível postular, com alguma consistência, referenciais estáveis para o novo paradigma que convencionamos designar por "científico-informacional".

Duas componentes essenciais se nos deparam logo à partida no novo paradigma: a questão da *ciência* e a questão da *informação*, considerada aqui como objecto dessa mesma ciência. Não há ciência sem objecto e este carece de uma definição precisa para constituir um conceito operativo válido.

Não terá cabimento aqui entrar em discussões aprofundadas sobre o que se entende por *informação*, como se distingue esta de conhecimento e de comunicação — dois conceitos muitas vezes também impropriamente aplicados e mal definidos — e em que medida se relaciona ou interpenetra com eles, e como se define enquanto objecto da ciência que a estuda. Porém, esse debate é absolutamente fundamental para que se clarifiquem posições e se defina com rigor o conceito em causa, já que daí decorre toda uma série de pressupostos teóricos inerentes à própria ciência da informação⁽¹³⁾.

De uma forma breve e apenas para não suscitar ambiguidades, diremos, antes de mais, que a informação de que aqui nos ocupamos é, naturalmente, *informação social* (distinta da informação genética ou biológica e da informação física ou termodinâmica), entendida, portanto, como **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e pas-**

⁽¹³⁾ Por iniciativa do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi criado um grupo de discussão, composto por elementos ligados à docência nos CECD das várias Faculdades, com o objectivo de reflectir sobre a Ciência da Informação e o respectivo campo científico, tendo em vista a produção de literatura sobre o assunto. Os estudos em causa estão em fase de conclusão e aí serão apresentadas, com o aprofundamento que se impõe, as reflexões teóricas que em torno de temática referida têm sido produzidas.

síveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes. Além disso, o facto de tal informação ter uma matriz psicossocial e de o seu processo genético a fazer ser algo em si mesma, ou seja, lhe dar uma anterioridade à sua materialização (registo em suporte) confere-lhe uma dimensão que ultrapassa a tradicional visão documentalista, redutora na sua concepção, pelo facto de apenas considerar a informação registada (documental) como objecto de trabalho e de estudo de algumas ciências, apelidadas de documentais, em que se incluem a Arquivística e a Biblioteconomia.

E um facto que a informação tende a ser materializada para, desse modo, poder ser mais facilmente conservada, trocada e difundida, mas a materialização não acrescenta nada de essencial à informação que já *era* (já existia enquanto objecto conceptual, antes de se tornar objecto material) e não a transforma em algo essencialmente diferente pelo facto de ser agregada a um suporte que a coisifica.

A definição de informação como conjunto de representações mentais codificadas e contextualizadas socialmente não basta, porém, para abarcar toda a complexidade da sua essência, já que mais do que um *conjunto de dados* — definição simplista que tem sido, por vezes, aduzida — ou *processo*, naturalmente dinâmico, que facilmente se apreende dadas as características de transmissibilidade e reprodutividade da informação, ela tem de ser objectivada essencialmente como fenómeno (humano e social). Aliás, já Harold Borko, em 1968, quando definiu o objecto da *Information Science*, assumira perfeitamente este carácter fenoménico da informação que, segundo o seu entendimento, teria de ser estudada nas suas propriedades e nas suas características, embora sem enunciar essas mesmas propriedades.

Nesta perspectiva, torna-se facilmente perceptível que o objecto que ocupa o centro do novo paradigma — a Informação — é passível de ser isolado como algo que se torna cognoscível por forma a ser estudado por uma *Ciência*. E aqui reside mais uma questão até hoje mal resolvida, ou porventura pouco pensada e pouco discutida, que é a da existência de uma ou várias Ciências da Informação. Recorrendo ao recente *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, encontramos a seguinte definição: "La science de l'information a pour objectif l'étude des propriétés générales de l'information et l'analyse des processus de sa construction, de sa communication et de son usage" ⁽¹⁴⁾. Não temos objecções a esta definição, que não deixa margem para partilha deste campo científico por diferentes ciências, embora naturalmente ele se cruze, se envolva com e seja envolvido por outras áreas científicas, numa clara interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e até transdisciplinaridade.

Assim sendo coloca-se, pois, a seguinte questão: se a Informação constitui o objecto de estudo da Ciência da Informação, como é possível considerar ciências autónomas a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação, a Informática dos chamados Sistemas de Informação e outras áreas afins que estudam esse mesmo

⁽¹⁴⁾ LE COADIC, Yves F. - Science de l'information. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Dir. Serge Calaly. Paris : Nathan, cop. 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 516-523.

objecto? Parece não haver lugar para tantas ciências da informação, embora essa falta de autonomização não lhes retire, obviamente, cientificidade enquanto disciplinas com certas especificidades, entendidas à luz das teorias e dos modelos de análise que se possam adoptar.

E justamente no campo das teorias e dos modelos interpretativos/explicativos que temos de nos situar para reflectir sobre e explicar o fenómeno da informação, no quadro de uma rigorosa construção científica. Ciência significa isso mesmo: conhecer/explicar, com recurso a teorias, validadas ou refutadas permanentemente, pela aplicação de um método rigoroso.

O paradigma científico-informacional que reclamamos para a Arquivística caracteriza-se, exactamente, pelo recurso a uma teoria largamente difundida e aplicada nos mais variados contextos dada a sua plasticidade e também já, pontualmente, utilizada em estudos arquivísticos, que é a teoria sistémica. De acordo com tal teoria, o arquivo é visto como um sistema (semi-)fechado de informação social, configurado por três factores — a estrutura (de natureza orgânica), a função (serviço/uso) e a memória. E, de acordo com tais factores, pode assumir diversas características, o que permite definir tipos diferentes de arquivos⁽¹⁵⁾.

A configuração do objecto "informação social", na perspectiva sistémica, permite pois estabelecer determinadas especificidades próprias dos sistemas organizados, (semi-)fechados, estudados pela Arquivística, ou dos sistemas combinatórios, de que as bibliotecas públicas são um bom exemplo. E, é justamente esta concepção sistémica, aplicada ao objecto de estudo, que produz uma alteração radical face ao paradigma histórico-tecnista, assente na noção estática de "fundo". Com efeito, o novo paradigma não se limita meramente a substituir "sistema" por "fundo", nem pretende fazer do "fundo" aquilo que ele jamais poderá ser — um sistema de informação — como tem sido já tentado por algumas correntes da moderna Arquivística, ao introduzir a noção do "sistema de arquivo"⁽¹⁶⁾. Neste ponto convém esclarecer alguns equívocos que têm passado despercebidos: por um lado, "fundo" tem uma conotação essencialmente material, documental e, por isso, não pode servir de conceito operativo numa lógica informacional, que é em si mesmo dinâmica, fluida, interactiva com o contexto envolvente; por outro lado, a visão sistémica implica uma perspectiva holística e, nessa medida, não pode ser aplicada apenas ao tradicional "serviço de arquivos", hoje, mais por moda do que por qualquer outra razão, apelidado de "sistema de arquivo". A função serviço é uma de várias componentes do sistema e, portanto, não se pode confundir com o próprio sistema, como vemos correntemente em alguma da recente literatura arquivística.

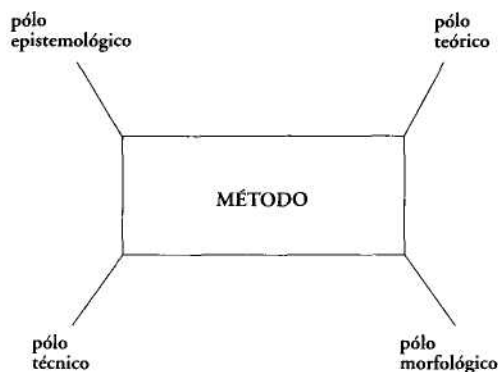
⁽¹⁵⁾ Uma sistematização muito completa e esclarecedora da teoria e pensamento sistémicos encontra-se desenvolvida em: MELLA, Piero - *Dai Sistemi ai pensiem sistémico : per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano : Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3. A aplicação da teoria sistémica ao caso dos arquivos pode ser vista em: SILVA, Armando Malheiro da [et ai.] - *Op. cit.*, cap. 3. Veja-se também: ARÉVALO JORDÁN, Victor Hugo - La Archivología y la teoría de sistemas. *Cuadernos : Archivología*. Santa Fe. 1:1 (1987) 1-10.

⁽¹⁶⁾ A título de exemplo, veja-se a reflexão feita pela Arquivística canadiana, a propósito da noção de "fundo", em: *The Archival fonds: from theory to practice (op. cit.)*.

Se, no que toca à componente informacional do novo paradigma, a reflexão e conceptualização se centram em torno do objecto de estudo (a informação), quanto à componente científica há que considerar não apenas esse objecto mas também, necessariamente, o método de investigação, através do qual o sujeito aborda e raciocina sobre o primeiro, para assim desenvolver todo um processo de conhecimento arquivístico.

Não vamos entrar aqui em desenvolvimentos aprofundados sobre a natureza do conhecimento científico da realidade arquivística, as possibilidades da combinação de uma racionalidade dedutiva com os estudos de observação empírica e de carácter mais indutivo, centrados na análise de casos e de variáveis, nem sequer na necessidade de a informação social ser abordada com recurso a uma simultaneidade operativa de diferentes racionalidades, como é hoje indiscutível no campo das ciências sociais e humanas. Contudo, pensamos ser importante caracterizar, em termos gerais, o dispositivo metodológico que, em nosso entender, melhor se adequa à Ciência da Informação e, naturalmente, à Arquivística, enquanto disciplina inscrita no respectivo campo científico.

Segundo o modelo topológico proposto por Paul de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete para a investigação em ciências sociais ⁽¹⁷⁾, o método da ciência da informação afirma-se e tende a consolidar-se por uma dinâmica de pesquisa quadripolar que opera e se repete continuamente no próprio campo de conhecimento. Tal dinâmica conjuga abordagens quantitativas (há aspectos do objecto passíveis de observação, de experimentação e de medida) com abordagens qualitativas, em que a capacidade interpretativa/explicativa do sujeito tem implicações necessariamente modeladoras. A dinâmica de investigação referida implica, pois, uma interacção permanente de quatro pólos, a saber: o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico.



⁽¹⁷⁾ DE BRUYNE, Paul [et al.] - *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : PUF, 1974. As propostas metodológicas destes autores foram mais tarde desenvolvidas em: LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] - *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

No *pólo epistemológico* opera-se a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação. Ao longo do tempo, as práticas empíricas e o saber arquivístico consubstanciam afinal este pólo, o qual não constitui algo sedimentado mas, pelo contrário, tem de ser periodicamente objecto de reflexão sobre a ocorrência, ou não, de continuidades ou rupturas ao nível epistemológico.

No *pólo teórico* centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente validação ou refutação do "contexto teórico" elaborado. As leis ou princípios que dão fundamentação teórica ao paradigma científico-informacional — *o princípio da acção estruturante, o princípio da integração dinâmica, o princípio da grandeza relativa e o princípio da pertinência* — foram já formuladas, pelo que nos dispensamos de uma abordagem mais pormenorizada⁽¹⁸⁾.

No *pólo técnico* opera-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico. E aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis e a avaliação retrospectiva e prospectiva, tendo sempre em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados.

No *pólo morfológico* formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo investigativo que permitiu a construção científica em torno dele.

A dinâmica da investigação quadripolar que, no caso da Arquivística, nos conduz a um conhecimento sobre a informação social contextualizada em sistemas (semi-fechados) é igualmente aplicada a outros tipos de sistemas de informação, pois o objecto de estudo é, afinal, cognoscível dentro da mesma racionalidade, com maior ou menor recurso à quantificação ou à dedução, mas sempre no quadro da Ciência da Informação, aqui abordada necessariamente de forma breve e genérica.

Em face das considerações expostas, impõe-se, a título de fecho, caracterizar o paradigma emergente e ainda em fase de consolidação, de forma sumária, como antes fizemos em relação ao paradigma histórico-tecnicista. Assim, podemos isolar como componentes-chave caracterizadoras do novo modelo, as seguintes:

- assunção da "informação social" como objecto de estudo, independentemente da sua materialização (ou não) num suporte físico, considerando-a não apenas como um conjunto de dados ou um processo dinâmico, mas sim como um fenómeno com atributos e propriedades passíveis de cognoscibilidade;

⁽¹⁸⁾ Sobre esta matéria como, aliás, sobre toda a problemática do método quadripolar, remetemos, mais uma vez, para: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Op. cit.* cap. 3, p. 217-226.

- recurso à teoria sistémica como "ferramenta" interpretativa/explicativa do fenómeno "informação", daí decorrendo a consideração do arquivo como sistema (semi-)fechado, configurado por três factores — a estrutura, a função e a memória;
- aplicação de um método de investigação, absolutamente consentâneo com o estatuto de cientificidade preconizado, o qual se caracteriza por uma dinâmica investigativa quadripolar, em que há uma permanente interacção dos vários pólos com vista à construção científica do conhecimento arquivístico.

Uma vez expostas as diferenças entre o velho e o novo paradigma, torna-se claro que a questão da *ciência* e a questão da *informação* emergem como os dois pilares essenciais em que assenta a arquitectura de uma Arquivística renovada, que não renega o património empírico acumulado, mas antes procura integrá-lo, como investimento precioso que representa, numa quadratura científica, única possibilidade - em nosso entender - de permanecer e perdurar superando, graças à teoria, os desafios que, de forma vertiginosa, os avanços tecnológicos vão colocando no dia-a-dia.